



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

CONT-SAF-ANTAQ/Nº 25/2018  
(Processo nº 50300.005575/2018-40)

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, COM MOTORISTA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ E A EMPRESA COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO "COOPERTRAN" LTDA.**

A **AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ**, autarquia especial, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, criada pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001 e suas alterações posteriores, estabelecida no SEP/Quadra 514, Conjunto "E", Asa Norte, CEP 70760-545, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.903.587/0001-08, a seguir denominada **ANTAQ**, neste ato representada pelo Diretor Geral, Senhor **MÁRIO POVIA**, brasileiro, divorciado, servidor público, portador da Carteira nº [REDACTED], CPF nº [REDACTED], nomeado pelo Decreto de 19 de abril de 2018, publicado em 20 de abril de 2018, na Seção 2 do Diário Oficial da União, com poderes conferidos pela Resolução nº 003 - ANTAQ, de 15 de março de 2002, e a empresa **COOPERATIVA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO "COOPERTRAN" LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.691.905/0001-55, situada à Rua Topázio, 123 - Jardim Vila Andreza - 36.415-000 - Congonhas - MG, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Sr. **JOSÉ APARECIDO FERREIRA**, portador do RG nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], tendo em vista o que consta no Processo nº 50300.005575/2018-40 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 14/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de veículos com motorista, para transporte de pessoas, documentos e encomendas, para atender às necessidades da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital, conforme especificações abaixo:

1.1.1 Contratação, por quilômetro rodado, em caráter de Representação, de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos automotores, na modalidade executivo, para atender o Diretor - Geral na sede da ANTAQ (Brasília-DF).

1.1.2 Contratação por quilômetro rodado, em caráter Serviços Comuns, de serviço de locação de veículos automotores, na modalidade pequeno porte, para atender a Sede (Brasília-DF) e as Unidades Regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Florianópolis, Fortaleza, Manaus, Paranaguá, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Salvador, São Luís, Vitória.

1.1.3 Contratação por quilômetro rodado, em caráter Eventual, de serviço de locação de veículos automotores de pequeno, médio ou grande porte, para atender as autoridades, servidores e colaboradores na realização dos serviços vinculados a esta agência, em todo o território nacional.

**1.2** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3** Objeto da contratação:

**TABELA I – Veículos com motorista**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO	LOCAL do SERVIÇO	QUANTIDADE	QUILOMETRAGEM POR VEÍCULO (MENSAL)	QUILOMETRAGEM ASSEGURADA (MENSAL)
01	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor 1.8 com potência mínima de 149 cv, tipo flex.	Brasília	01	2.000 Km	2.000 Km
02	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, motor 1.6 com potência mínima de 110 cv, tipo flex	Brasília/DF	04	1.500 Km	6.000 Km
03	Automóvel tipo caminhonete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, capacidade	Belém	01	1.500 Km	1.500 Km
		Florianópolis	01	1.500 Km	1.500 Km

para cinco passageiros com motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, com potência mínima de 110 cv, tipo flex.	Fortaleza	01	1.500 Km	1.500 Km
	Manaus	01	1.500 Km	1.500 Km
	Paranaguá	01	1.500 Km	1.500 Km
	Porto Alegre	01	1.500 Km	1.500 Km
	Porto Velho	01	1.500 Km	1.500 Km
	Recife	01	1.500 Km	1.500 Km
	Salvador	01	1.500 Km	1.500 Km
	São Luís	01	1.500 Km	1.500 Km
	Vitória	01	1.500 Km	1.500 Km
	Rio de Janeiro	03	1.500 Km	4.500 KM
	São Paulo	02	1.500 Km	3.000 Km

TABELA II – Veículos eventuais com motorista

Item	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO	CLASSIFICAÇÃO DO VEÍCULO	QUILOMETRAGEM ASSEGURADA POR DIA (DIÁRIA)
04	De acordo com a necessidade	Automóvel tipo sedan, de cor escura, preferencialmente preta, 04 portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, com motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas, e vidros elétricos, motor mínimo 1.8, com potência mínima de 149 cv.	A	200 km
	De acordo com a necessidade	<b>Veículo tipo camionete de uso misto</b> , Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, motor mínimo 1.6, com ar-condicionado, com capacidade de para 05 (cinco) passageiros, com o motorista.	B	200 km
	De acordo com a necessidade	<b>Veículo modelo básico</b> , cor branca, potência mínima 80 cv, com ar condicionado.	C	200 km
	De acordo com a necessidade	<b>Veículo utilitário, tipo camioneta/pick-up</b> , cabine dupla, com capota, quatro portas, tração 4 x 4 (quatro por quatro), modelo básico, potência mínima de 130 CV, cor branca, com ar-condicionado, capacidade para 05 (cinco) passageiros com o motorista. Ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos.	D	200 km
	De acordo com a necessidade	<b>Veículo de Transporte Coletivo – Microônibus</b> - com capacidade para até 22 (vinte e dois) passageiros, além do motorista, equipado com ar-condicionado.	E	200 km
	De acordo com a necessidade	<b>Veículo de Transporte Coletivo – Ônibus</b> - com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, além do motorista, equipado com ar-condicionado.	F	200 km

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

**2.1** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1 Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2 Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.3 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.4 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.5 Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.6 Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.7 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

**3.1** O valor mensal estimado da contratação é de **R\$ 170.169,84 (cento e setenta mil, cento e sessenta e nove reais e oitenta e quatro)**, perfazendo o valor total de **R\$ 2.042.038,08 (dois milhões, quarenta e dois mil, trinta e oito reais e oito centavos)**, de acordo com as tabelas abaixo:

**TABELA III – Preço veículos com motorista**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO	LOCAL DO SERVIÇO	QTD	QUILOMETRAGEM POR VEÍCULO (MENSAL)	VALOR MENSAL	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR ANUAL TOTAL	VALOR KM EXCEDENTE
1	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, com potência mínima de 149 cv, tipo flex.	Brasília/DF	1	2.000	R\$ 8.195,08	R\$ 8.195,08	R\$ 98.340,96	R\$ 3,69
2	Automóvel tipo Sedan, de cor preta, quatro portas, capacidade para cinco passageiros com motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, com potência mínima de 110 cv, tipo flex.	Brasília/DF	4	1.500	R\$ 6.484,50	R\$ 25.938,00	R\$ 311.256,00	R\$ 3,89
3	Automóvel Tipo caminhonete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, capacidade para cnco passageiros com motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos, com potência mínima de 110 cv, tipo flex.	Belém	1	1.500	R\$ 6.905,63	R\$ 6.905,63	R\$ 82.867,56	R\$ 4,14
		Florianópolis	1	1.500	R\$ 8.131,07	R\$ 8.131,07	R\$ 97.572,84	R\$ 4,88
		Fortaleza	1	1.500	R\$ 8.761,90	R\$ 8.761,90	R\$ 105.142,80	R\$ 5,26
		Manaus	1	1.500	R\$ 8.101,29	R\$ 8.101,29	R\$ 97.215,48	R\$ 4,86
		Paranaguá	1	1.500	R\$ 7.718,92	R\$ 7.718,92	R\$ 92.627,04	R\$ 4,63
		Porto Alegre	1	1.500	R\$ 8.106,32	R\$ 8.106,32	R\$ 97.275,84	R\$ 4,86
		Porto Velho	1	1.500	R\$ 7.885,93	R\$ 7.885,93	R\$ 94.631,16	R\$ 4,73
		Recife	1	1.500	R\$ 8.306,98	R\$ 8.306,98	R\$ 99.683,76	R\$ 4,98
		Salvador	1	1.500	R\$ 7.544,95	R\$ 7.544,95	R\$ 90.539,40	R\$ 4,53
		São Luis	1	1.500	R\$ 7.288,70	R\$ 7.288,70	R\$ 87.464,40	R\$ 4,37
		Vitória	1	1.500	R\$ 7.959,32	R\$ 7.959,32	R\$ 95.511,84	R\$ 4,78
		Rio de Janeiro	3	1.500	R\$ 7.514,53	R\$ 22.543,59	R\$ 270.523,08	R\$ 4,51
		São Paulo	2	1.500	R\$ 8.533,63	R\$ 17.067,26	R\$ 204.807,12	R\$ 5,12
VALOR TOTAL ITEM 3			16		R\$ 102.759,17	R\$ 126.321,86	R\$ 1.515.862,32	
VALOR TOTAL MENSAL/ANUAL			21			R\$ 160.454,94	R\$ 1.925.459,28	

**TABELA IV – Preço veículos eventuais com motorista**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO VEÍCULO	VALOR DA DIÁRIA	DIÁRIAS(200 KM) ESTIMADAS POR MÊS	DIÁRIAS(200 KM) ESTIMADAS POR ANO	VALOR ANUAL ESTIMADO	VALOR KM EXCEDENTE
4	Automóvel tipo sedan, de cor escura, preferencialmente preta, 04 portas, capacidade para 05 (cinco) passageiros, com motorista, dotado de ar condicionado, rádio, travas, e vidros elétricos, com potência mínima de 149 cv.	R\$ 543,28	4	48	R\$ 26.077,44	R\$ 0,68
	Veículo tipo camionete de uso misto, Station Wagon, modelo básico, cor branca, cinco portas, com potência mínima de 105 cv, com ar-condicionado, com capacidade de para 05 (cinco) passageiros, com o motorista.	R\$ 642,00	1	12	R\$ 7.704,00	R\$ 0,80
	Veículo modelo básico, cor branca, potência mínima 80 cv, com ar condicionado, com motorista.	R\$ 412,90	5	60	R\$ 24.774,00	R\$ 0,52
	Veículo utilitário, tipo camioneta/pick-up, cabine dupla, com capota, quatro portas, tração 4 x 4 (quatro por quatro), modelo básico, potência mínima de 130 CV, cor branca, com ar-condicionado, capacidade para 05 (cinco) passageiros com o motorista. Ar condicionado, rádio, travas e vidros elétricos.	R\$ 1.032,25	3	36	R\$ 37.161,00	R\$ 1,29
	Veículo de Transporte Coletivo – Microônibus - com capacidade para até 22 (vinte e dois) passageiros, além do motorista, equipado com ar-condicionado, com motorista.	R\$ 760,61	1	12	R\$ 9.127,32	R\$ 0,95
	Veículo de Transporte Coletivo – Ônibus - com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, além do motorista, equipado com ar-condicionado, com motorista.	R\$ 977,92	1	12	R\$ 11.735,04	R\$ 1,22
VALOR TOTAL MENSAL			15	180	<b>R\$ 116.578,80</b>	
VALOR TOTAL GLOBAL VEÍCULOS CONTINUOS + EVENTUAIS					<b>R\$ 2.042.038,08</b>	

**3.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento

integral do objeto da contratação.

**3.2** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 68201/682010

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: **26.122.2126.2000.0001**– Administração da Unidade - Nacional

Elemento de Despesa: **3390.39-14** – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Locação de Bens Móveis - Outras Naturezas e Intangíveis;

PI: A200

Nota de Empenho: 2018NE000978 de 22 de outubro de 2018.

**4.2** No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1** O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

**5.2** A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO – ITENS 1 e 2 e 3**

**6.1** Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto n° 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG n° 5, de 2017.

**6.2** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**6.3** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2 Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.2 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

**6.4** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

**6.5** O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

**6.6** Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

**6.7** Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

**6.8** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

**6.9** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**6.10** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

**6.11** A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**6.12** Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida

pelo contrato.

- 6.12.1 Quando a repactuação referir-se aos demais custos (**excetuando o combustível**), a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se o índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – disponível no link: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:
- 6.12.2 os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- 6.12.3 as particularidades do contrato em vigência;
- 6.12.4 a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- 6.12.5 indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- 6.12.6 Para reajuste dos preços unitários do combustível estabelecidos para a prestação de serviços, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta pela CONTRATANTE, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados utilizando-se a cotação de mercado regional, de acordo com a média estipulada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), disponível no link: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br). Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA.
- 6.12.7 A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
- 6.13** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 6.13.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 6.13.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 6.13.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 6.14** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.15** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 6.16** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 6.17** As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 6.18** O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS – ITEM 4**

**7.1** Os preços unitários referentes ao valor do KM rodado para carros eventuais - ITEM 4 – desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta pela CONTRATANTE, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, serão reajustados considerando-se o índice de reajustamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) – disponível no link: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br).

## **8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 8.1** A CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias após assinatura do contrato, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 8.2** A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS,, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.
- 8.3** Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

## **9. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

**9.1** O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**10.1** As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**11.1** As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

**12.1** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art.

80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**12.2** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**12.3** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**12.4** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES**

**13.1** É vedado à CONTRATADA:

13.1.1 caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**14.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

**14.2** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**16.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

**17.1** É eleito o Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, da Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

MÁRIO POVIA

JOSÉ APARECIDO FERREIRA

ANTAQ

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Lucas de Freitas Almeida

CPF: [REDACTED]

Nome: Eliana Bontempo Rabelo

CPF: [REDACTED]



Documento assinado eletronicamente por **José Aparecido Ferreira, Usuário Externo**, em 22/10/2018, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Povia, Diretor-Geral**, em 22/10/2018, às 21:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Eliana Bontempo Rabelo, Coordenador de Gestão de Contratos**, em 22/10/2018, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas de Freitas Almeida, Técnico Administrativo**, em 22/10/2018, às 21:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **0622053** e o código CRC **F369B717**.